

A arte literária como reduto de contestação ou confirmação do poder

Literary art as a stronghold for contesting or confirming power

Hilma Ranauro*

“Ali onde está o perigo, aí cresce a possibilidade de salvação”. (Hölderlin)

RESUMO

A arte literária como reduto de/para contestação do Poder a partir do Renascimento. Romantismo e Modernismo. O discurso literário na incorporação do discurso do oprimido. A legitimação de seus usos linguísticos. Romantismo e Modernismo. A *forma* como corporificação do trabalho do escritor. A língua (*langue*) como um fato social. Karl Vossler e o aspecto criativo da linguagem. Criação e subversão.

Palavras-chave: Arte literária; discurso literário; discurso do oprimido.

ABSTRACT

Literary art as a stronghold of/for contestation of Power from the Renaissance. Romanticism and Modernism. Literary discourse in the incorporation of the oppressed people discourse. The legitimation of its linguistic uses. Romanticism and Modernism. The way in which the writer's work is embodied. Language (*langue*) as a social fact. Karl Vossler and the creative aspect of language. Creation and subversion.

Keywords: Literary art; literary discourse; speech of the oppressed people.

Recebido em 11 de outubro de 2021.

Aceito em 3 de janeiro de 2022.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2022n63.996>

* Universidade Federal Fluminense, hilmaranauro@gmail.com,

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-2825-0602>

Introdução: texto literário e contexto social

No passado, o *Poder* era considerado pelo artista de um modo geral como algo natural, universal, daí sua dificuldade em ultrapassar os valores e ideologias da classe dominante.

Na Antiga Idade Média, alguns escritores buscaram construir suas obras nos ideais de justiça, humanização, igualdade. Apesar disso, a ideologia da classe dominante revela-se e transparece em suas obras de alguma maneira.

A partir do séc. XV, e bem mais no século passado, o inconformismo começa a se manifestar no campo artístico. A arte literária em especial passa a ser um reduto de/para contestação do Poder.

A partir do Renascimento, esta busca se faz mais consciente, amplia-se no séc. XIX e atinge seu apogeu no séc. XX.

O discurso literário coloca o homem diante de si mesmo e do *outro*. O *ser*, sabemos com Heidegger, é relacional. Ele se compreende e elucida na relação: ser no mundo/ser com os outros.

Nossa cultura, a brasileira, formou-se e firmou-se com e no comprometimento servil das chamadas elites com o colonizador. A literatura, bem como a produção intelectual e artística, de um modo geral, apresentava os personagens e o povo fora de suas tensões e conflitos. Criou-se e propagou-se, entre nós, o mito do povo cordato, na sua índole pacífica, na pregação da “ordem e progresso”.

Muitos foram os que, pensando/buscando inovar ou mesmo subverter, nada mais fizeram que refletir e reproduzir, em seu discurso (forma e conteúdo), o discurso do Poder, ajudando a manter e propagar estereótipos, preconceitos e, mais que tudo, revelando a adesão ou subserviência à cultura e ideologia do colonizador ou neocolonizador.

Em suas obras, por vezes, num ou noutro momento, percebe-se, vislumbra-se a tentativa de libertação de influências. Mas, aqui e ali, subjacente e/ou como pano de fundo, a ideologia do *Poder* se revela, transparece.

A arte literária não lida com o imaginário em e por si mesmo, mas com a realidade através do imaginário. Por ela, o artista apropria-se do real e o reconstrói por meio do seu saber pessoal, construído e constituído por suas experiências e vivências, ou das vivências e experiências alheias.

O escritor faz a análise e síntese da realidade psicossocial. Antes de “escrevê-la” ele a “lê”. Adota a sua perspectiva ou ponto de vista e vem a expressá-los pela *forma* por ele escolhida e adotada.

Essa *forma* é um conjunto de relações significantes. Ele procura *dizer* nos meandros da escritura do texto, ultrapassando os níveis da língua, que apenas *fala* (arbitrariedade dos signos). Ele *diz*, mais e muito, igualmente no discurso do silêncio.

É pela *forma* escolhida e adotada pelo escritor que o leitor percebe, aprecia e julga o universo criado, inventado, pensado, imaginado, e reage diante dele. A *forma* é, pois, a corporificação do trabalho do escritor, que eleva os *temas* à condição de *conteúdos*. Sua função é intermediar a relação/comunicação entre o escritor e o leitor.

1. A busca da incorporação do discurso do povo, dos marginalizados ou “oprimidos”

Através dos tempos, o discurso literário vem buscando incorporar, na forma e no conteúdo, o discurso do comumente denominado “oprimido” e/ou marginalizado, registrando e buscando legitimar igualmente seus usos linguísticos, seus modos de dizer.

Lembremos Lima Barreto ao contrapor o linguajar de seus personagens suburbanos aos padrões linguísticos vigentes e Guimarães Rosa retratando o homem simples do sertão, o jagunço, o cangaceiro, e reproduzindo igualmente sua linguagem.

O homem só é verdadeiramente um artista quando cria a sua língua, fazendo a transubstanciação da linguagem do povo, dando-lhe forma literária sem descaracterizá-la. Guimarães Rosa chega mesmo a modificar e recriar

a linguagem já existente por meio de elementos e processos (prefixação e sufixação, por ex.) da própria gramática da língua.

Embora buscassem inovar ou mesmo subverter, muitos ainda reproduziam, em seu texto, na forma e no conteúdo, a fala do Poder. Em suas obras, por vezes, num e noutro momento, percebe-se a tentativa de libertar-se de influências. Aqui e ali, porém, subjacente, como pano de fundo, a ideologia do Poder se revela, transparece.

José de Alencar foi dos que pregaram a legitimação de nossa sintaxe. Ao mesmo tempo, reproduzia, no seu metadiscurso, padrões clássicos e medievais, o que era comum aos escritores de sua época.

Muitos foram os que, politicamente nacionalistas, não reconheciam a legitimidade do português brasileiro, como pretendia José de Alencar, por considerarem a sintaxe lusíada a única realmente válida.

Cabe reconhecer, nos que buscaram inovar, mesmo que não o tenham conseguido plenamente, o impulso e a base para que aqueles que vieram após o fizessem.

O modernismo, por exemplo, não conseguiu a tão propalada e pretendida revolução na linguagem, mas “exorcizou o sortilégio dos ‘clássicos’, o que já foi muito”, diríamos com apoio no saudoso filólogo Sílvio Elia. (ELIA, 1994, p.567).

Também a linguagem jornalística, em sua peculiaridade comunicativa, acompanha esse ir e vir de estilos, não raro absorvendo as sintaxes mais populares. Nela e por ela usos da língua se firmam e se confirmam entre o coloquial e o literário.

Muitos textos de jornalistas tornam-se verdadeiras páginas literárias. Outros tantos, como em algumas crônicas de futebol, por exemplo, se aproximam do falar distenso do cotidiano.

De movimento em movimento, de escritor para escritor, nossa língua escrita foi-se aproximando, cada vez mais, do tom coloquial de nossa fala e da norma brasileira da língua portuguesa, durante muito tempo tida e havida como deturpação do português, marginalizada, pois.

Nas “escolhas linguísticas” pelas quais passa e perpassa seu discurso, e por elas, o escritor revela muito de si, de suas preferências, tendências e influências a que se expôs/expõe.

Entre nós, muito se discutiu sobre dar-se lugar aos usos do português do Brasil. A subserviência ao colonizador também aí se manifestou e se revelou.

As discussões fizeram-se presentes, com mais vigor, quando de nossa independência, com exageros e descabros muitas vezes. De um lado, os que, nacionalistas, buscavam dar lugar à sintaxe brasileira, legitimando nossos modos de dizer consagrados pelo uso. Chegaram alguns a pregar a existência de uma “língua brasileira”. De outro lado, os que, puristas, resistiam a essa legitimação, sem nenhuma concessão ao uso corrente.

Mas vemos José de Alencar, a pregar a legitimidade e legitimação de nossa sintaxe, ao mesmo tempo em que coloca, na boca de seus índios, o falar lusitano, com tratamento *tu*, com correção e, nas suas atitudes, o pacifismo diante do colonizador branco. José de Alencar, lembremos, reproduzia, no seu metadiscorso, padrões clássicos e medievais. Isso era comum aos escritores de sua época.

Monteiro Lobato, em artigo publicado na Revista *Dom Casmurro*, de 30 de junho de 1938, preconiza que, assim como o português “pela corrupção popular” saiu do latim, o brasileiro estaria saindo do português. Ao mesmo tempo, como escritor, era profundo admirador da linguagem camiliana.

No seu *Idéias de Jeca Tatu* (7ª ed., p. 39), por exemplo, lê-se: “... mas *pela não termos* hoje, é absurdo negarmos direito à fisionomia” (*apud* LAPA, 1975, p. 96), onde retoma, tal como fizeram Alberto de Oliveira e Rui Barbosa, autores de pendores e/ou tendências classicizantes, o emprego da preposição *per* (*por*) combinada com os pronomes pessoais *o(s)*, *a(s)* como objeto direto do infinitivo, comum no português mais antigo.

Poderíamos citar muitos outros exemplos de como a subserviência a ideologias de que se busca libertar pode revelar-se e manifestar-se no conteúdo ou na forma do discurso do escritor.

Muitos foram os que, nacionalistas em política, não admitiam a legitimação dos usos e modos de dizer do português do Brasil, tomando a sintaxe lusíada como a única realmente válida.

2. Radicalismo ideológico/subserviência a valores e padrões do colonizador

No Brasil, como nos E.E.U.U., e um pouco menos nos demais países americanos, explodiu, após a independência, um nacionalismo exacerbado, agressivo, que veio a descambar, muitas vezes, para um radicalismo ideológico, tão equivocado quanto equivocada era a subserviência a valores e padrões do colonizador.

De um lado, as chamadas elites dirigentes, subordinadas aos padrões europeus; de outro, os que, querendo-se nacionalistas, pregavam a negação total de padrões e valores europeus, fruto do que Celso Cunha veio a chamar de “sentimento de bastardia”, gerado por longa vassalagem cultural. (CUNHA, 1977, p. 11).

No século XIX, a distância que normalmente existe entre língua oral e língua escrita estava em muito ampliada entre nós. No Modernismo, buscou-se diminuir ou eliminar essa distância, chegando Manuel Bandeira a afirmar que o povo é que falava gostosamente o português do Brasil, enquanto que os escritores nada mais faziam que macaquear a sintaxe lusíada.

Luiz Carlos Lessa, no seu *O Modernismo Brasileiro e a Língua Portuguesa*, registra muitos de nossos modos de dizer agasalhados por escritores como Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Diná Silveira de Queirós e José Lins do Rêgo, dentre outros.

Lessa registra, nesses escritores, por exemplo, o emprego do verbo *ter* por *haver*, no sentido de *existir*, o emprego da preposição *em* com verbos de movimento, o emprego do pronome pessoal *ele* como objeto direto, etc. (LESSA, 1960, p. 78).

Muitos desses usos, cabe lembrar, nada mais são que arcaísmo

conservados. As línguas transplantadas, lembremos ainda, têm tendências arcaizantes.

Apesar de, em alguns momentos de alguns de seus textos, os escritores modernistas terem, de certa forma, avançado no que buscou José de Alencar, dentre outros, faltava e falta entre nós, como veio a salientar Celso Cunha no seu *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira*, a constituição de uma língua *standart*, da qual pudesse surgir uma língua escrita e literária *sui generis*.

Uma língua que, diríamos com Jorge Luís Borges, tenha “um matiz que seja bastante discreto para não entorpecer a circulação total do idioma, e bastante nítido para que nele ouçamos a pátria”. (BORGES, 1952, p.27,28).

Caberia igualmente fundamentar o ensino da língua portuguesa do Brasil em estruturas normativas sentidas como próprias, o que não equivale a pregar, como fizera Cassiano Ricardo, “uma língua própria”. (*apud* CUNHA, 1977, p.78 e 16).

3. Autoritarismo/imposição do uso desarrazoado

“A causa primária e eficiente dos fenômenos linguísticos é o espírito humano”, lembremos com Sílvio Elia. (ELIA 1978, p.64). E esse não tende à uniformidade ou à uniformização. Fernando Pessoa, sempre ele, questionou com propriedade: “Deus não tem unidade, como a terei eu?” (*cfr.* BERADINELLI *et alli*, 1994, p.11). E definitivamente disse tudo.

O autoritarismo tende à eliminação de/das diferenças e divergências, nas várias formas de conciliação de conflitos e tensões que busca escamotear e camuflar. Tentar impor uma variedade linguística como sendo a única legítima, negando as demais, é uma forma de autoritarismo. A imposição do uso desarrazoado igualmente o é.

4.Linguagem e criação / linguagem como fato social

Vossler veio a acentuar o aspecto criativo da linguagem. Para ele, o discurso, o estilo, é, acima de tudo, uma obra de arte. É ele, antes de tudo,

criação. “E o chato com os discursos”, diríamos com Edward Lopes, “é que, se a gente pode fazer algumas coisas com eles, eles, em troca, podem fazer o que quiserem com a gente - a gente não tem como escapar deles”. (LOPES, 1993, p.14).

“O discurso”, continua Edward Lopes, “é inevitável. O discurso é um labirinto”. (LOPES, 1993, p.14).

O discurso literário se “labirinfica” (“labirintiza”?) mais e mais, posto que se realiza num universo mágico, que ele igualmente realiza. Ele é, pois, um universo mágico, onde tudo é previsível e paradoxalmente imprevisível. É ele a obra de arte maior de/da realização da linguagem. Sendo impresso, escrito, ele se reproduz e eterniza através do(s) tempo(s) e, mais que tudo, a cada leitura.

O texto literário existe num contexto social, que ele reflete e revela. O social não é exterior ao texto literário. É, por si, um fato social.

Interferindo na relação/comunicação entre o escritor e o leitor, (inter) mediada pelo texto, estão as influências sociais, políticas, econômicas, culturais a que ambos, leitor e escritor, estão sujeitos desde sempre. Afinal, somos contingentes, vivemos no cotidiano, influenciando e interferindo nas coisas ao redor, e sendo por elas influenciados.

A língua (*langue*) é, em si mesma, um fato social antes de tudo. Ela reflete e condiciona nossa maneira de pensar através de suas limitações, na arbitrariedade pela qual se estruturou e configurou.

Mas, por ela, pode-se igualmente criar e, conseqüentemente, subverter. É ela que nos oferece o instrumental para tal subversão, nas suas possibilidades, modalidades, usos e registros – variedade (discurso, *parole*) da/na unidade (língua, *langue*) – nas suas virtualidades, nas múltiplas possibilidades de realização que lá estão, no seu abismo sem fundo.

Crendo ou não em seus ensinamentos e verdades, é a Bíblia uma obra literária, o grande *best seller*. Nela, o poder de a *palavra* evocar, invocar e

convocar à vida, no processo maior de *Criação*, se apresenta em Gênesis¹ e se presentificou e presentifica no tempo pela *escrita*, nas *escrituras* bíblicas.

Deus teria criado a terra os céus, e tudo que neles há, por seu Verbo (*Logos*). Das criaturas por ele criadas somente o ser humano herdou *do* (partitivo) Seu Verbo: a linguagem verbal.

A *linguagem verbal* tem, ao lado do poder de criar, o poder de destruir, sendo o mais abençoado e perigoso dos bens. E a ela estamos, todos, maravilhosa e perigosamente expostos.

Referências

- BERARDINELLI, Cleonice, HÜHNE, L. M., PEGORARO, R. Fernando Pessoa, Martin Heidegger. O Poeta Pensante, organiz. Leda M. Hühne. Rio de Janeiro, Uapê, 1994.
- BORGES, Jorge Luís. **El idioma de los argentinos**. Buenos Aires: 1952.
- CUNHA, Celso. **Língua portuguesa e realidade brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, Col. Temas de Todo o Tempo, 13, 1977.
- ELIA, Sílvio. **Orientações da linguística moderna**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1955.
- ELIA, Sílvio. O Português do Brasil. In: Holtus, Günter; Metzeltin, Michael and Schmitt, Christian (Orgs.). **Lexicon der Romanistischen Linguistik**. Tübingen: , Verlag, p. 559-569, 1994.
- LAPA, M. RODRIGUES. **Estilística da língua portuguesa**. 7. ed. Revista e aumentada. Rio de Janeiro, Livraria. Acadêmica, Biblioteca Brasileira de Filologia, v. 15, 1973.
- LESSA, L. C. **O modernismo brasileiro e a língua portuguesa**. Rio de Janeiro: FGV, 1960.

¹ Gênesis I: 1 – 24.

LOPES, Edward. **A palavra e os dias**: ensaios sobre teoria e a prática da literatura. São Paulo: UNESP, 1993.

RANAURO, Hilma. Escrita e poder. **Revista Universidade Rural (UFRRJ)**. Rio de Janeiro, Editora da Universidade Rural (EDUR), Série “Ciências Humanas”, v. 17, n. 112, p. 55-58, jan./dez. 1995..